

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM MILHARES DE REAIS

Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2025 e de 2024 em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	385.747	369.758	Fornecedores	2.282	4.627
Contas a receber de cliente (Nota 5)	23.083	1.963	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 7)	6.325	6.286
Adiantamentos a funcionários	334	749	Depósitos judiciais e Refis (nota 8)	71	155
Adiantamentos a fornecedores	212	146	Adiantamentos de clientes (Nota 9)	6.501	7.641
Outros ativos Circulantes	1.230	3.244		15.179	18.709
	410.606	375.860			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	2.856	2.849			
Imobilizado (Nota 6)	400.852	411.740	Provisão para contingências (Nota 10)	5.168	6.498
Intangível	2	2		5.168	6.498
	403.710	414.591			
			Patrimônio Social (Nota 11)		
			Patrimônio	523.671	465.066
			Fundos Patrimoniais	7.994	7.276
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	262.304	292.902
				793.969	765.244
Total do Ativo	814.316	790.451	Total do Passivo	814.316	790.451

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

	2025	2024
Receitas de venda de serviços, líquidas (Nota 12)	90.963	84.418
Custos Serviços Prestados (Nota 13)	(94.399)	(80.304)
Superávit/Déficit Bruto	(3.436)	4.411
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(18.518)	(14.645)
Despesas Tributárias	(296)	(104)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas (Nota 15)	(3.405)	1.956
	(22.219)	(12.793)
DÉFICIT OPERACIONAL	(25.655)	(8.679)
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 16)		
Receitas Financeiras	54.001	34.360
Despesas Financeiras	(339)	(1.809)
	53.662	32.551
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	28.007	23.872

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM MILHARES DE REAIS

	Patrimônio Social	Fundos Comunicação de Bens	Fundos de Previdência	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31/12/2023	438.583	1.238	5.552	295.511	-	740.885
Realização da Reserva por depreciação	2.611	-	-	(2.611)	-	-
Transferência para Fundo Comunicação de Bens	-	85	-	-	-	85
Transferência para Fundo Previdência	-	-	401	-	-	401
Superávit do Exercício	-	-	-	-	23.872	23.872
Incorporação do Superávit do Patrimônio Social	23.872	-	-	-	(23.872)	-
Saldos em 31/12/2024	465.066	1.323	5.953	292.900	-	765.243
Realização da reserva por baixa de bens	27.980	-	-	(27.980)	-	-
Realização da reserva por depreciação	2.618	-	-	(2.618)	-	-
Transferência para Fundo de Comunicação de Bens	-	225	-	-	-	225
Transferência para Fundo da Previdência	-	-	492	-	-	492
Superávit do Exercício	-	-	-	-	28.007	28.007
Incorporação do Superávit do Patrimônio Social	28.007	-	-	-	(28.007)	-
Saldos em 31/12/2025	523.671	1.548	6.445	262.302	-	793.968

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E DE 2024 EM MILHARES DE REAIS EM MILHARES DE REAIS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	28.007	23.873
Superávit/ Déficit do Exercício	28.779	437
Baixa Líquida de Imobilizado	7.112	6.408
Depreciação e Amortização	(1.330)	(341)
Provisão paRa Contingências	62.568	30.377
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição (Aumento) de contas a receber	(21.120)	267
Diminuição (aumento) de adiantamentos a funcionários	415	(29)
Diminuição (aumento) de adiantamentos a fornecedores	(66)	60
Diminuição (aumento) de demais	2.014	(3.170)
Diminuição (aumento) depósitos judiciais	(7)	45
Aumento (diminuição) de fornecedores	(2.345)	2.401
Aumento (diminuição) de obrigações fiscais e trabalhistas	39	355
Aumento (diminuição) de adiantamentos de clientes	(1.140)	266
Aumento (diminuição) refs	(84)	94
	40.274	30.666
Disponibilidades Líquidas geradas pelas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição do Imobilizado e Intangível	(25.007)	(23.059)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	(25.007)	(23.059)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (diminuição) de reservas patrimoniais	718	486
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	718	486
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	15.989	8.093
Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa		
No início do período	369.758	361.665
No fim do período	385.747	369.758
Aumento(Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	15.989	8.093

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 EM MILHARES DE REAIS

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, filantrópica de caráter beneficente, de assistência social, educacional, cultural e religiosa, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº 77.113/52, em 10 de novembro de 1952.

Fundada em 29 de dezembro de 1914 pela Congregação das Filhas de Jesus na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, atualmente, esta associação civil tem sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte – MG e congrega juridicamente, conforme disposição do Direito Canônico, todos os membros da Congregação Filhas de Jesus no Brasil, que tenham votos perpétuos.

Tem por objetivos a criação, incorporação, congregação, direção, manutenção e desenvolvimento de instituições ou qualquer outra atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, visando à beneficência, à promoção humana, à educação, à cultura, à evangelização e à assistência social.

A consecução de seus objetivos é realizada através de recursos próprios originários da atividade educacional da pré-escola ao ensino médio. A Sociedade atua também com locação de bens imóveis e gestão de ativos financeiros, cujo resultado é totalmente revertido para o atendimento de suas ações.

Os diretores, conselheiros, associados, instituidores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, os recursos da Sociedade são integralmente aplicados em suas finalidades institucionais e integralmente no território nacional.

2 - APRESENTAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as disposições da ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.

2.2 Bases de Elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.

A Sociedade revisa suas estimativas e premissas de forma contínua, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período ou, também, em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.

2.4 Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

A administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 27 de março de 2026.

3 - Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas: modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Sociedade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.

b) Caixa e equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidação diária, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação do serviço de ensino. Sendo o prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

e) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as escolas e escritório da Sociedade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Classe	Taxa por ano	Anos
Edifícios	2,5 a 4%	25 a 40
Benfeitorias	4%	25
Móveis e utensílios	10%	10
Veículos	10%	10
Outros	10% a 20%	10 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota 6).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas)", líquidos "na demonstração do resultado".

Em 01 de janeiro de 2012 a entidade adotou o custo atribuído as classes de terrenos e edifícios. Os valores foram lançados nas respectivas contas contábeis contra reserva de Ajuste a Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.

Os valores identificados como depreciação deste custo são reclassificados da conta de resultado para a conta de reserva amortizando a mesma.

f) Ativos intangíveis

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

i) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Patrimônio Social

O Patrimônio Social é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais.

k) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade, conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos.

k.1) Venda de serviços

A Sociedade vende serviços de educação. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente são de um ano.

k.2) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

i) Imunidade

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, instituição de educação e de assistência social, está em pleno gozo da imunidade tributária aos impostos e contribuições sociais, conforme estipula a Constituição Federal de 1.988.

No tocante às contribuições sociais a jurisprudência constitucional do STF já identificou, na cláusula inscrita no art. 195 § 7 da Constituição Federal a existência de uma típica garantia de IMUNIDADE (e não de simples isenção) estabelecida em favor das Entidades beneficentes de assistência social – Precedente RTJ 137/965 (RMS 22.192 de 27/11/1995).

i) Arredondamentos

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa podem ser demonstrados como segue:

	2025	2024
Recursos em Caixa e Banco conta Movimento	105	494
Aplicação Financeira Curto prazo	385.642	369.262
Total	385.747	369.758

O saldo em aplicações financeiras cujo vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que não possuem risco de variação significativa de valor, em caso de resgate antecipado, é classificado como caixa e equivalentes de caixa.

5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber individualmente referem-se principalmente as mensalidades escolares dos alunos. Em 31/12/2025 o saldo está assim representado:

	2025	2024
Contas a receber	30.269	9.893
(-) Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.186)	(7.930)
Total	23.083	1.963

Em 31 de dezembro de 2025 o valor total de contas a receber de clientes no montante de R\$ 23.083 mil (2024 – R\$ 1.963) estava devidamente registrado ao seu valor de realização, por meio do registro de uma provisão no montante de R\$ 7.186 mil (2024 – R\$ 7.930 mil).

A variação significativa nas contas a receber entre os anos de 2024 para 2025 deve-se à venda de uma filial, registrado o saldo a receber em fevereiro de 2026 de R\$ 21 milhões.

A Sociedade conservadoramente constitui provisão para eventuais perdas em contas a receber, calculada com base em todo o saldo em aberto de alunos que ainda não tenham efetuado negociação de seus débitos. Na avaliação da administração, uma parcela das contas a receber devem ser recuperadas quando renegociações no ano subsequente das mensalidades em atraso.

6 - IMOBILIZADO

	Saldos em: 31/12/2024	Adição	Movimentação Baixa	Transferência	Saldos em: 31/12/2025
Bens Imóveis					
Terrenos	298.245	-	(22.577)	-	275.668
Edifícios	72.794	160	(7.639)	-	65.315
Benfeitorias	65.698	3.095	(961)	23.732	91.564
Instalações	9.404	262	(817)	3.513	12.362
Praças de Esportes	2.120	45	(53)	-	2.112
	448.261	3.562	(32.047)	27.245	

7 - OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	2025	2024
Provisão de Férias	4.086	4.633
Outros	2.239	1.653
Total	6.325	6.286

8 - REFIS A RECOLHER

A Sociedade aderiu ao programa de refinanciamento referente a débitos anteriores relacionados à COSIP e sinistro cujo prazo de pagamento é previsto a ocorrer até 2026 valor de 71 mil.

9 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2025	2024
Recebimentos antecipados (matrículas e mensalidades)	6.423	7.581
Recebimento de material de ensino e outros rec. Antecipados	78	60
Total	6.501	7.641

Esses saldos referem-se essencialmente a antecipações de matrículas e mensalidades dos alunos referentes ao exercício de 2026.

10 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Sociedade, por força de suas atividades operacionais e sociais, é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada na opinião de seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R\$ 5.168 Mil em 2025 (R\$ 6.498 Mil em 2024). Além de haver 357 mil de depósito caução e 27 mil de INSS sobre férias.

O depósito judicial constituído no montante de R\$ 2.856 mil refere-se a uma atuação referente ao recolhimento de PIS a empregados dos quais a possibilidade de perda é remota, fato pelo qual não está constituída provisão para este risco.

11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social da Sociedade é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência.

O Patrimônio é composto, também, por Fundos destinados a fins determinados, tais como a sustentação financeira de obras e escolas para a população carente, como ao reinvestimento em obras, escolas e atividades pontuais, segundo os objetivos estatutários da Sociedade, assim definidas como prioridade pelo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, instância estatutária deliberativa da Sociedade.

A dotação anual dos Fundos e o limite de capitalização dos mesmos são aprovados pela Diretoria da Sociedade, de acordo com as necessidades planejadas em orçamento, mediante parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF.

Toda e qualquer movimentação de destinação de recursos observa e atende a determinação legal e estatutária de aplicação desses valores nas finalidades institucionais da Entidade.

a) - Fundos:

a.1) Fundo de Comunicação de Bens Comunidades

O Fundo de Comunicação de Bens Comunidades está destinado a cobrir eventuais necessidades de manutenção das associadas.

a.2) Fundo de Previdência

O Fundo de Previdência destina-se a garantir manutenção das associadas em suas necessidades e cuidado com a saúde, sobretudo as idosas e enfermas que, ao longo de sua vida dedicaram todos os seus esforços ao cumprimento dos objetivos da Sociedade, e que, consequentemente, tem definido no estatuto o direito ao amparo e guarda. (conf Art 12 "b" Estatuto Social).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial:

Refere-se a contrapartida do registro de custo atribuído ao imobilizado em reavaliação imobiliária realizada pela Sociedade em 01 de janeiro de 2012. A movimentação ocorre pela depreciação dos bens durante o Exercício, bem como pela alienação de bens que tenham recebido alguma atribuição de custo.

c) Superávit / Déficit do exercício:

O valor apurado na confrontação entre as receitas e despesas do exercício é registrado nessa rubrica até a aprovação pela Assembleia, quando é transferido para o Patrimônio Social.

As modificações e a composição do Patrimônio Social estão expressas na Demonstração das Mutações do Patrimônio.

12 - RECEITAS DE VENDA DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Mensalidades	94.024	88.424
Contribuições, Donativos e convênios	2.730	2.077
Demais atividades extracurriculares	5.702	5.529
Material de ensino	8.968	7.751
Gratuidades Educacionais (a) (d)	(13.552)	(13.108)
Gratuidades – Bolsa institucional (a)	(6.907)	(6.255)
Total	90.963	84.418

(a) Acerca da renovação do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e da imunidade tributária de Contribuições Sociais concedida à SEIAS

A administração da SEIAS, com base no parecer de sua Assessoria Jurídica tributária entende que essa entidade encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária, uma vez que apresentou tempestivamente os requerimentos de renovação do certificado CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para os triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021 e 2022/2024 e 2023/2026 mesmo estando todos estes processos pendentes de análise final, e portanto sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações.

A administração entende ainda que para o exercício de 2025 não se faz necessário reconhecer em seus registros contábeis, a título de contingente quaisquer passivos referentes às contribuições sociais (Pis sobre folha e INSS parte patronal) apesar da entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a necessidade de se possuir certificado anterior à referida Lei com validade ainda vigente, para fins de gozo da imunidade tributária relativa às contribuições sociais, uma vez que os processos de requerimento de renovação estão em fase de apreciação, acerca dos quais, a decisão retroagir à data do requerimento.

Ademais, a Súmula 612 do C. STJ determina que os efeitos da renovação retroagem à data do Requerimento, de modo que não há que se falar que a SEIAS não possuiu certificado renovado para o período 2022/2024, 2025/2027 uma vez que o mesmo já se encontra no MEC para análise, o que por si só, é suficiente para o gozo da imunidade até que se tenha decisão do processo administrativo.

Além da comprovação do CEBAS renovado ou em fase de renovação o que lhe garante os benefícios da imunidade tributária de contribuições sociais, a entidade tem ainda o reconhecimento judicial da sua imunidade de contribuições sociais, através da Ação Declaratória de Imunidade da Contribuição do Programa para a Integração Social – Pis, Autos nº 0025494-40,2003,4,01,3800 (2003,36,00,025485-0), e seu apenso referente a Medida Cautelar para Suspensão da Exigibilidade do Tributo, Autos nº 0002218-26,2006,4,01,0000 (2006,01,00,002287-2), destacando em suma que a Sentença de 1º grau, julgou procedente a ação para declarar a imunidade da autora referente à contribuição do PIS, sendo que a mesma foi confirmada pelo E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que proferiu o v. acórdão negando provimento à apelação e a remessa oficial.

(b) Resumo das Ações Beneficentes / Filantrópicas CEBAS MEC

Abaixo apresentamos a síntese das ações realizadas, bem como o esforço financeiro para sua execução:

	2025	2024
Gratuidades Educacionais – Bolsa de Estudos 100% (a.1)	11.889	4.102
Gratuidades Educacionais – Bolsa de Estudos 50% (a.2)	1.662	4.746
Gratuidades Educacionais – CCT/ Institucional (a.3)	6.907	7.993
	19.363	16.841

(a.1) Montantes referentes a bolsas integrais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados sob responsabilidade Institucional.

(a.2) Montantes referentes a bolsas parciais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados sob responsabilidade Institucional.

(a.3) gratuidades concedidas pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) / Institucional.

(c) Demonstrativo de gratuidade

	2025	2024
Receita de Mensalidades Escolares	73.565	69.061
	-	-
Gratuidades com 50% MEC	1.662	1.178
Gratuidades com 100% MEC	11.889	11.930
Total das Gratuidades Educacionais	13.551	13.108
% das Gratuidades das bolsas de estudo	18%	19%

(d) Demonstrativo da Concessão de Bolsas CEBAS MEC - Critérios Matemáticos

	2025	2024
Total alunos matriculados	5.123	5.362
Total de alunos pagantes	3.929	3.917
Bolsas integrais concedidas (CEBAS MEC)	997	1.135
Bolsas parciais concedidas (CEBAS MEC)	224	145
Total de Bolsas concedidas	1.221	1.280

Considerando a Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 no Artigo 20 e o Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 no Artigo 55, referente à concessão anual de bolsas de estudos na proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 5 alunos pagantes, totaliza-se a previsão mínima de 766 bolsas integrais CEBAS MEC. A Associação, concedeu 997 bolsas integrais CEBAS MEC, considerando a aferição de critérios socioeconômico, excedendo 231 bolsas integrais CEBAS MEC, além de 224 bolsas parciais CEBAS MEC, totalizando 1221 bolsas CEBAS MEC. Tal aporte representa um percentual de 18% da receita revertido em gratuidades educacionais beneficentes concedidas.

A entidade, por sua natureza filantrópica e sem finalidades lucrativas, usufrui ainda da isenção e imunidade das contribuições previdenciárias em relação à quota patronal, terceiros e RAT, devidas ao Instituto de Previdência do Seguro Social (INSS). Essas isenções e imunidades são registradas e contabilizadas para fins de demonstração, não impactando nos resultados econômicos.

13 - CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2025	2024
Pessoal	60.282	54.181
Depreciações e Amortizações	7.004	6.356
Encargos sobre Folha	7.733	4.915
Benefícios	3.705	3.431
Atividades Extracurriculares	528	597
Despesas de Materiais	7.958	5.616
Monitoramento e Segurança patrimonial	3.498	2.703
Luz	1.207	1.018
Água	970	895
Outros	1.514	592
Total	94.399	80.304

14 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas técnicas	4.841	3.438
Despesas de Materiais e serviços	3.540	3.236
Despesas gerais	6.956	5.854
Prov. Crédito Liquidado Duvidoso	1.586	1.095
Outros	1.595	1.022
Total	18.518	14.645

15 - OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2025	2024
Receita de aluguel	2.918	3.376
Venda de ativo permanente	24.086	155
Outras receitas	193	154
Total Outras receitas	27.197	3.685

	(1)	(1)
Perdas no recebimento de créd/serviços	(1)	(1)
Baixa de Ativo Imobilizado	(28.772)	(4)
Outras despesas	(1.829)	(1.724)
Total Outras despesas	(30.602)	(1.729)

	(3.405)	1.956
Outras (despesas) operacionais	(3.405)	1.956

16 - RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Rendimentos Aplicações financeiras	52.178	32.670
Demais receitas financeiras	1.823	1.691
	54.001	34.360

	(339)	(1.809)
Despesas bancárias	(339)	(1.809)
Receitas financeiras líquidas	53.662	32.551

17 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade, que identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) - Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:

A Sociedade tem ativos significativos que incidem juros, dentre eles destacam-se aplicações financeiras e alguns acordos para recebimento de mensalidades em atraso para os quais são consideradas taxas de juros, normalmente aplicadas no mercado.

b) - Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) - Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Sociedade. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Sociedade mantinha fundos de curto prazo de R\$ 385.747 (2024 - R\$ 369.758)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

18 - SEGUROS

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS adota a política de controlar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

MARIA JOSÉ ALVES MACHADO DIRETORA TESOUREIRA CPF-220.643.036-34	Michelle Madureira Teixeira CONTADORA-CRC/109.215/0-9 CPF-013.703.146-71
--	---

PARECER RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FISCAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo IV do Título III, artigo 35º, incisos "e" e "g" do Estatuto Social da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS, reuniu-se no dia 8 de abril de 2026 às 08h00 na Casa Santíssima Trindade, situada na Rua Madre Cândida, nº 241 bairro Vila Paris em Belo Horizonte – Minas Gerais, com o objetivo de efetuar a análise das contas e demais relatórios de natureza econômica e contábil, da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS, relativas ao Exercício Fiscal iniciado em 01/01/2025 e findo em 31/12/2025.

Da análise dos Relatórios Contábeis apresentados pela Gerência de Sustentabilidade e Finanças da SEIAS, bem como dos Relatórios da Auditoria Independente "Bauer Auditores Associados" e ainda com base nos esclarecimentos da Gerência Geral da SEIAS, este CAEF apresenta seu PARECER:

1. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, da SEIAS, é de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas apresentadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

2. Os lançamentos contábeis estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, da SEIAS, parabeniza a Diretoria Geral pela brilhante condução da Governança, oportunizando a consecução dos objetivos estatutários e institucionais, na missão que lhe é confiada.

Pelo exposto, o CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, firma o presente parecer.

1ª Conselheira: Vera Lúcia Ladeia Ramos - CPF: 500.195.386-34;

2ª Conselheira: Maria Estelita Marques de Sousa - CPF: 748.466.806-06;

3ª Conselheira: Gislene Paulina Pinto - CPF: 280.190.166-00;

4ª Conselheira: Maria de los Angeles Sebastián Martínez - CPF: 866.584.688-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As Senhoras Administradoras Conselheiras da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEIAS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Educação Integral e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Educação Integral e Assistência Social em 31 de dezembro de 2025, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa 12.a, não obstante a SEIAS ter apresentado de forma tempestiva os requerimentos de renovação de seus Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS, referentes aos triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021, 2022/2024, 2023/2026, estes processos ainda estão em fase de apreciação pelas autoridades executivas certificadoras, sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações. Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da entidade entende que a SEIAS se encontra no exercício de 2025 em pleno gozo da imunidade tributária relativa a contribuições sociais, mesmo com a entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021 que dispõe como requisito para fins de imunidade relativa às contribuições sociais, a existência de certificado válido com data anterior à referida Lei, uma vez que possuiu requerimentos de renovação para os períodos citados, mesmo que ainda pendentes de apreciação. Reforça esse entendimento, a Súmula 612, do C. STJ, a qual prevê que os efeitos da renovação, quando finalizados, serão retroativos à data do requerimento. Portanto, a administração entende não ser necessária a constituição de quaisquer provisões passivas a título contingente no que diz respeito às contribuições sociais, que possam ser requeridas na eventualidade de resultado desfavorável dos pedidos de renovação. Não nos foi possível mensurar os efeitos relacionados e nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.